

Democracia e Educação

LUIZ CASSEMIRO

Cem anos de República e nossas contradições permanecem quase inalteradas. Continuamos a falar em desenvolvimento, mas agimos de forma a não alcançá-lo. Falamos em igualdade e solidariedade, mas agimos, cada vez mais, de forma a manter um fosso extraordinário entre as camadas desprivilegiadas da sociedade e aquelas que detêm as rédeas da economia. Falamos em distribuição de renda e tratamos de fortalecer os mecanismo de concentração do capital. Há, no País, uma população enorme fora do mercado consumidor, mas nossa grande preocupação é com a exportação.

Todo esse processo não é recente. Ele vem se arrastando secularmente e aparentemente não existem forças capazes de alterá-lo. Parece não existir no homem público brasileiro a força e a vontade necessárias a uma mudança real de rumos. Parece faltar a capacidade do estadista: aquele que ultrapassa os limites do imediato e constrói as bases para a mudança, para o salto qualitativo da sociedade.

Naturalmente, o que vem nos faltando, ou o que nunca tivemos, são os fundamentos de uma sociedade democrática. Ao longo de nossa história, vivemos quase que exclusivamente da ilusão democrática. Todas as vezes que saímos dos regimes autoritários temos a sensação de que alcançamos a democracia apenas pela palavra livre ou pela liberdade de reunião ou do exercício do protesto contra as injustiças sociais, econômicas etc.

Entretanto, a democracia vai além desse princípio, que é fundamental a ela. A democracia pressupõe outros direitos fundamentais, sem os quais não sobreviverá sequer o estado embrionário, como este no qual nos encontramos. O primeiro, e mais elementar de todos, é o direito à alimentação para a sobrevivência. Paralelamente à sobrevivência biológica (alimentação) existe o direito à saúde e à habitação, como forma de dignidade da vida humana em sociedade. Cada dia torna-se mais difícil vislumbrar-se uma perspectiva de alcance desses fatores para a grande maioria da população brasileira. Cada vez mais a sociedade se organiza no privilégio dos "planos privados de saúde", deixando marginalizado um grande contingente populacional, alterando, inclusive, a percepção sobre os valores e a ética médica. No que diz respeito ao aspecto habitacional, não temos sido capazes sequer de humanizar as favelas que proliferam nos centros urbanos mais populosos do País. Crescem os conflitos nas grandes cidades pela invasão de terrenos vazios, mas que constituem propriedade privada — conceito respeitável do capitalismo democrático. Apesar disto, não existe nenhum indicador apontan-

do para uma mudança de rumos na estrutura do sistema financeiro de habitação, que está montado para atender às classes privilegiadas da sociedade.

Seriam inumeráveis os fatores que poderíamos listar para mostrar que não estamos trabalhando na construção da democracia no Brasil, mas existe um, sem o qual não haverá qualquer possibilidade de se pensar em democracia: a educação. Não há liberdade de pensamento, convicção ideológica, espírito de solidariedade, competência profissional, capacidade de discernimento, engenhosidade na solução de problemas e até condição de escolha de dirigentes políticos compatíveis com a necessidade social, sem que se tenha passado pelo salutar processo de educação da chamada civilização moderna.

O alcance dessa meta não exige tanto recurso como se poderia imaginar, mas só poderá se efetuar através de uma vontade política muito forte e determinada. O déficit educacional brasileiro, considerando-se a faixa etária entre 0 e 19 anos de idade é de, aproximadamente, 20.000.000 (vinte milhões) de jovens (consideradas as estatísticas oficiais). A rede física para atendimento desses indivíduos custaria 12 bilhões de dólares americanos — menos que o saldo de nossa balança comercial em 1988 — considerando-se um metro quadrado de construção no valor de oitenta dólares americanos. Num plano de cinco anos para cobertura do déficit, a aplicação seria de dois e meio bilhões de dólares anuais. Ao lado disto temos um déficit de cerca de 900 mil professores, o que exige também soluções não convencionais para atender às escolas em cinco anos. Um programa engenhoso e não-convencional também se faz necessário através de uma forte decisão política (as sugestões para esse programa específico deixarão de ser tratadas aqui em função do espaço). Assim, a essência da democracia brasileira não é um enigma insolúvel nem um sonho inatingível, é uma questão política.

O Brasil, portanto, precisa urgentemente reunir todas as suas energias na direção de um plano nacional de construção de um sistema educacional que reúna os fatores essenciais à democracia. Um sistema educacional gratuito e universal que ofereça igualdade de oportunidades; que alimente, através de um sistema de três refeições diárias; que contemple um serviço médico e odontológico; e que, acima de tudo, instrua para a sociedade e eduque para a vida. Isto não é um sonho. É a única maneira de sobrevivermos como nação digna. É a única forma de salvarmos a democracia no Brasil.

* Luis Cassemiro dos Santos é presidente da Associação de Pais de Alunos das Escolas do DF.